



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº. 03/2012

Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, doravante denominado Coren/SP, usando a competência delegada na Lei Federal nº 5.905/73, torna público que se acha aberta Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PE, Sistema de Registro de preços**, do tipo **menor preço global por item**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Federal nº 5.450 de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto 3.391/01 de 19 de setembro de 2001 com alterações posteriores, e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA DA REALIZAÇÃO: 11/10/2012

HORÁRIO: 10:00h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: 389343

- I. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- II. OBJETO
- III. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- IV. DA PARTICIPAÇÃO
- V. DA VISTORIA
- VI. DA PROPOSTA
- VII. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA
- VIII. DA ABERTURA DA LICITAÇÃO
- IX. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- X. DA FORMULAÇÃO DE LANCES
- XI. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS
- XII. DA NEGOCIAÇÃO
- XIII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
- XIV. DA HABILITAÇÃO
- XV. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
- XVI. DO RECURSO ADMINISTRATIVO
- XVII. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- XVIII. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE DO COREN/SP
- XIX. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- XX. DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO, DO REAJUSTE E DA RESCISÃO
- XXI. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA
- XXII. DO PAGAMENTO
- XXIII. DAS PENALIDADES
- XXIV. DAS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- XXV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

I. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1.1. A presente licitação visa ao registro de preços para aquisição parcelada, nos termos do Art. 2º, II do Decreto 3.931/01.
- 1.2. A quantidade mínima a ser proposta deve atender no mínimo à previsão de consumo do Coren/SP, não sendo admitida cotação inferior.
- 1.3. Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.
- 1.4. Os preços permanecerão registrados pelo prazo de 12 (doze) meses.
- 1.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, somente poderá ser utilizada por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e expressa autorização do Coren/SP, nos termos do Art. 8º do Decreto 3.931/01.
- 1.6. Não existem Órgãos previamente cadastrados junto ao Coren/SP.

II. DO OBJETO

2.1. Aquisição eventual de aparelhos telefônicos e acessórios para suprir demanda do Coren/SP, conforme Termo de Referência – Anexo I e suas Especificações Técnicas dos Produtos/Materiais - Apenso I ao Anexo I.

- 2.1.1. Em caso de discordância entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

III. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do Código de Despesas nº. 4.1.20.13 – Máquinas e Equipamentos de Usos Diversos.

IV. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que:

- a) atendam a todas as exigências deste Edital;
- b) estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br;
 - b.1) Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
 - b.2) O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao COREN-SP responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- c) tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizadas nas Unidades da Federação.

4.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.4. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a este Conselho Regional responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. Não poderão participar deste Pregão:

4.5.1. empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Coren/SP, durante o prazo da sanção aplicada;

4.5.2. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.5.3. empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

4.5.4. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.5.5. empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

4.5.6. empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

4.5.7. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.5.8. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.6. Não poderão beneficiar-se do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, aquelas empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º, § 4º, com a exceção do parágrafo seguinte, ambos do mesmo diploma legal.

4.7. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

4.7.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

V. DA VISTORIA

5.1. Não aplicável ao objeto deste Edital de Licitação.

VI. DA PROPOSTA

6.1. A proposta deverá:





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- a) consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor total por item e a descrição do mobiliário ofertado, em conformidade com as especificações e demais características **do Termo de Referência - Anexo I e seu Objeto – Anexo II**, com a indicação de marca, modelo e demais informações necessárias à sua perfeita identificação;
- b) conter preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas (2) casas decimais, já considerando todas as despesas e custos relacionados com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- c) ter validade de sessenta (60) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.2. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.3. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa a desclassificação da proposta.

VII. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

7.1. A licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

- 7.1.1. Por ocasião do envio da proposta, a licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, para que faça jus aos benefícios previstos nessa Lei.

7.2. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

VIII. DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

8.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

IX. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. O Pregoeiro analisará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

X. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

10.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 10.3.** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 10.4.** Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 10.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 10.6.** Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 10.7.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.8.** No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 10.9.** O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
- 10.10.** Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

XI. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS

11.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, e houver proposta apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa igual ou até cinco por cento (5%) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

- 11.1.1.** A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa mais bem classificada poderá, no prazo máximo de cinco (5) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, com desconto necessariamente superior àquele apresentado pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.
- 11.1.2.** Não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 11.1.3.** No caso de equivalência dos descontos apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento do lance final do desempate.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

11.2. Não ocorrendo a adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante detentora da proposta originalmente melhor classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado e a licitante for considerada habilitada.

XII. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de lances, concedido o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, de que trata o art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

XIII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

13.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

13.3. Será rejeitada a proposta que apresentar valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do COREN-SP ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.5. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará da licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

13.6. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

XIV. DA HABILITAÇÃO

14.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

14.2. A licitante deverá apresentar habilitação parcial válida no SICAF ou apresentar os documentos que supram tal habilitação.

14.3. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar, ainda, a seguinte documentação complementar:

14.3.1. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de dezoito (18) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de dezesseis (16) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.

14.3.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser enviada de forma eletrônica, em campo próprio do sistema, por ocasião do envio da proposta.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

14.4. Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.5. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, as licitantes serão declaradas vencedoras.

XV. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

15.1. A proposta ajustada ao lance final da licitante vencedora e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (11) 3225-6328, ou para o endereço eletrônico pregão.eletronico@coren-sp.gov.br, no prazo de sessenta (60) minutos, contados de sua solicitação pelo Pregoeiro.

15.2. A proposta, os documentos e os anexos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de três (3) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à Comissão Permanente de Licitações do Coren/SP, Alameda Ribeirão Preto, 82 – Bela Vista - São Paulo – SP – CEP 01331-000.

15.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.

15.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

15.5. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.6. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de dois (2) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

15.6.1. A não regularização da situação fiscal no prazo referido no item anterior, implicará a decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, ficando facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

XVI. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

16.1. Declarada a(s) vencedor(as), o Pregoeiro abrirá prazo de trinta (30) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

16.2. O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

16.3. A recorrente que tiver sua intenção de interpor recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de três (3) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16.4. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

16.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XVII. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. A homologação deste Pregão compete ao Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente ao licitante vencedor.

XVIII. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE DO COREN/SP

18.1. Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, inclusive adjudicar o objeto deste Pregão, exceto quando houver recurso.

18.2. À Autoridade Competente do Coren/SP cabem:

- a) adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver a interposição de recurso;
- b) homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;
- c) anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;
- d) revogar este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

18.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

XIX – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Homologado o certame, a(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) por qualquer meio hábil que se possa comprovar o recebimento da convocação, aceitando-se inclusive os meios eletrônicos: e-mail, fac-símile entre outros, visando a entrega da Proposta Comercial adequada ao lance vendedor e assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme **Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços**, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da notificação, sob pena de incidir na infração do artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.1. Não haverá obrigatoriedade de a Administração contratar, podendo, inclusive, realizar outro procedimento licitatório para aquisição do mesmo objeto, nos termos do Art. 7º do Decreto 3.931/01, respeitando-se a preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições, nos termos do Art. 15, § 4º da Lei 8.666/93.

19.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, permanecendo fixo e irrevogável o preço registrado.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

19.3. Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

19.3.1. Haverá o cancelamento automático da Ata de Registro de Preços nos seguintes casos:

19.3.1.1. Por decurso do prazo de vigência;

19.3.1.2. Quando não restarem fornecedores registrados; ou

19.3.1.3. Pelo Coren/SP, quando caracterizado o interesse público.

19.3.2. Haverá o cancelamento do registro do fornecedor, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

19.3.2.1. A pedido, quando o fornecedor comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

19.3.2.2. Pela Administração, unilateralmente, quando:

19.3.2.2.1. O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

19.3.2.2.2. O fornecedor perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;

19.3.2.2.3. Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;

19.3.2.2.4. O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

19.3.2.2.5. Ficar caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

XX. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

20.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão e assinada a Ata de Registro de Preços, a Beneficiária será convocado para retirar a nota de empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.1.1. Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual e sanções contratuais constam do termo de referência em anexo a este Edital.

20.1.2. O Edital de Licitação e a Nota de Empenho suprirão, para todos os efeitos legais, a contratação, nos termos da Seção II, do Capítulo II – dos Contratos da LF nº 8.666/93.

20.2. O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo COREN São Paulo.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

20.3. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se o licitante vencedor mantém as condições de habilitação.

20.4. Quando o licitante convocado não retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outro licitante para retirar a nota de empenho, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

XXI. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

21.1. As licitantes vencedoras deverão entregar e os equipamentos/materiais, entre 08:00h e 16:00h, conforme necessidade operacional da contratante, nos endereços listados, **no Anexo II – Objeto**, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados da retirada da Nota de Empenho.

21.2. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, o objeto desta licitação será recebido:

a) provisoriamente, em até três (três) dias úteis, pelo receptor dos equipamentos, para posterior verificação da conformidade do equipamento/material com as especificações do objeto licitado;

b) definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, apresentado o documento de que trata o art. 3º, inc. III do Decreto nº. 7.174 de 12/05/2010, com a consequente aceitação.

21.2.1. O recebimento provisório será feito por pessoa responsável da Gerência Administrativa Logística e Operacional – GEAD, o definitivo, pelo Gestor(a) da Ata de Registro de Preços, após a verificação da quantidade e da qualidade do mobiliário entregue.

21.3. A licitante vencedora deve efetuar a troca dos equipamentos/materiais que não atenderem às especificações do objeto licitado no prazo de cinco (05) dias úteis contados do recebimento da solicitação.

21.4. Os representantes do Coren/SP responsáveis pelo recebimento do objeto desta licitação anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com sua entrega, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

21.5. A licitante vencedora deve entregar os equipamentos/materiais devidamente embalados, de forma a não ser danificado durante às operações de transporte, carga e descarga.

XXII. DO PAGAMENTO

22.1. Deverá ser apresentada, na GEFIN - Gerência Financeira do Coren/SP, a Nota Fiscal/Fatura emitida em duas (2) vias, devendo conter em seu corpo, a descrição do objeto, o número da nota de empenho e o número da conta bancária da Contratada, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato.

22.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada se a Nota Fiscal/Fatura entregue à GEFIN - Gerência Financeira do Coren/SP não for acompanhada da atestação de conformidade da entrega do produto e da comprovação de regularidade junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, além da regularidade trabalhista, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

22.2.1. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à sua exatidão ou quanto à documentação que deve acompanhá-la, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela GEFIN - Gerência Financeira, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o contratante terá o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento.

22.3. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

22.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Coren/SP serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

XXIII. DAS PENALIDADES

23.1. As contratadas estarão sujeitas às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Coren/SP;
- c) acatamento de justificativas, após análise da contratante, em outros casos fortuitos.

23.2. No caso de atraso injustificado, assim consideradas a inexecução parcial ou a inexecução total da obrigação, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

23.2.1 Advertência sobre atrasos, falhas, omissões, incorreções e o que mais venha a interferir na correta execução da Ata de Registro de Preços.

23.2.2 Multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da Nota de Empenho alvo da falha, retirada pelo Beneficiário da Ata de Registro de Preços, , limitada a 20 (vinte) dias após o prazo estabelecido para entrega do objeto; após o que será considerado, o atraso, como inexecução da Ata de Registro de Preços;

23.2.3 Multa de 6% (seis por cento), entre os 21º e 30º dias de atraso, como inexecução parcial do Contrato, calculada sobre o valor de saldo da Ata de Registro de Preços (saldo da Ata de Registro de Preços será a diferença entre o valor total adjudicado e o valor efetivamente executado e recebido da Ata de Registro de Preços pela Administração), por evento, podendo ser cumulada com





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

a pena de suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

23.2.4 Multa de 12% (doze por cento), a partir do 31º dia, a qual será entendida como inexecução total do Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor total adjudicado, com a possibilidade de cumulação com a pena de declaração de inidoneidade e suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a devida reabilitação;

23.2.4.1 Para interpretação da penalidade de Inexecução Total, teremos como único critério o tempo de atraso, por evento, independentemente de haver parcela anterior entregue e recebida.

23.2.5 Estas penalidades não impedem a aplicação, isolada ou cumulada, do disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002;

23.2.6 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido da Ata de Registro de Preços, exceto a prevista no item 23.2.4;

23.3 As penalidades serão aplicadas após procedimento que garanta o contraditório e a ampla defesa;

23.3.1 Constatada a irregularidade na execução da Ata de Registro de Preços, o gestor da Ata notificará a empresa para que apresente defesa fundamentada no disposto no item 23.1 supra, sob pena de aplicação das penalidades.

23.3.2 A não apresentação de defesa no prazo legal (5 dias) implicará na aplicação de penalidade, nos termos do § 2º do art. 87 da lei 8666/93.

23.3.3 Apresentada a defesa no prazo legal, o gestor da Ata de Registro de Preços apreciará o seu teor, proferindo parecer técnico comunicando a aplicação da penalidade ou acatamento da manifestação, mediante ciência do contratado por correio com aviso de recebimento.

23.4 As multas cominadas antes do pagamento devido à Beneficiária serão compensadas;

23.5 As multas cominadas após o pagamento serão pagas em 5 (cinco) dias após a notificação, através de boleto bancário a ser enviado à Contratada, sob pena de inscrição em dívida ativa.

23.6. Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, e no art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco (5) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, nos moldes do item 23.2. supra, a licitante e a adjudicatária que:

- a) não retirar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa;
- i) cometer fraude fiscal.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

23.7. As sanções de multa poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o Coren/SP, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

23.8. O prazo para pagamento das multas será de cinco (5) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério do Coren/SP e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber em razão do fornecimento. Não havendo pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa e cobrado judicialmente.

23.9. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do §2º do Art. 109 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, observados os prazos ali fixados.

23.9.1. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

XIV. DAS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

24.1. Os pedidos de esclarecimentos sobre este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até três (3) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao.eletronico@coren-sp.gov.br.

24.2. Todo cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital. Qualquer impugnação deverá ser protocolizada até dois (2) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico pregao.eletronico@coren-sp.gov.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela requisição do objeto constante no Termo de Referência, decidir sobre a impugnação no prazo de vinte e quatro (24) horas.

24.4. Fica assegurado ao Coren/SP o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

24.5. Acolhida a impugnação aos termos deste Edital, designar-se-á nova data para a realização da sessão pública, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do seguinte link: [acesso livre>pregões>agendados](#), para conhecimento das licitantes e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

XV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Seção Judiciária de São Paulo;

25.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

25.3. Fica assegurado ao Coren/SP o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

25.4. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Coren/SP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

25.5. O resultado do presente certame será divulgado no DOU e no endereço eletrônico www.coren-sp.gov.br;

25.6. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no Coren/SP;

25.7. Integra o presente Edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
 - a.1) Apenso I ao Anexo I – Especificações Técnicas dos Produtos / Materiais;
- b) Anexo II – Ata de Registro de Preços.

São Paulo, 24 de setembro de 2012.

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren/SP

Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE ADMINISTRATIVA SOLICITANTE	GEAD – Gerência Administrativa e Logística Operacional.
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO FINAL PRETENDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO	
DENOMINAÇÃO: Aparelhos telefônicos e acessórios	
DESCRIÇÃO: I. Base discadora com fone de ouvido monoauricular e microfone - aparelho headset analógico. II. Telefone analógico com fio, convencional. III. Telefone analógico com fio, convencional, com chave para bloqueio de teclado. IV. Telefone analógico sem fio V. Fone de ouvido monoauricular com microfone (headset). VI. Protetor para bocal em couro. VII. Protetor auricular em couro.	
ESPECIFICAÇÕES: Conforme Apenso a deste Termo de Referência.	
OBJETIVO / JUSTIFICATIVA / NECESSIDADE / DESTINAÇÃO	
Necessidade de substituir aparelhos e acessórios inservíveis (com danos irreversíveis ou cujo conserto não seja financeiramente viável), e suprir a demanda interna de aparelhos com determinadas funcionalidades para funções específicas de atendimento (telefonistas, atendimento aos profissionais, recepções), da Sede e das Subseções do Coren-SP.	
QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA: Ver tabela infra – valores e quantidades	TEMPO DE EXECUÇÃO: 12 meses – Ata de Registro de Preços
ESTOQUE ATUAL Não existente	
PREÇO ESTIMADO E AVALIAÇÃO DO CUSTO (TOTAL)	Item 1 – R\$ 12.630,00 (100 unidades) Item 2 – R\$ 4.046,00 (100 unidades) Item 3 – R\$ 2.310,00 (50 unidades) Item 4 – R\$ 12.817,00 (50 unidades) Item 5 – R\$ 6.333,33 (100 unidades) Item 6 – R\$ 904,00 (200 unidades) Item 7 – R\$ 806,67 (200 unidades)
METODOLOGIA UTILIZADA PARA AVALIAÇÃO DO CUSTO Média dos preços obtidos entre os orçamentos enviados pelas empresas	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: NE 67/2012 – elemento de despesa 4.1.20.13	
ELEMENTOS / DOCUMENTOS / CERTIFICADOS	
Para a contratação serão exigidas certidões de regularidade fiscais e trabalhistas (Lei 8666/93).	
AMOSTRA DO PRODUTO / SERVIÇO E REQUISITOS DE VERIFICAÇÃO	
Não será exigida	
DA ENTREGA DO PRODUTO / SERVIÇO / OBRA	
FORMA DE FORNECIMENTO/ EXECUÇÃO: Ata de Registro de Preços	
PRAZO: 20 dias corridos	LOCAL DE ENTREGA: Sede do Coren/SP Endereço: Al. Ribeirão Preto, 82 Bairro: Bela Vista Cidade/UF: São Paulo - SP CEP: 01331-000
PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO: 12 Meses, no mínimo	





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Faturado (boleto ou depósito em conta)
CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO Perfeito funcionamento estando de acordo com as especificações exigidas pelo Solicitante.
CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO Não aplicável
FATURAMENTO OU VALOR MÉDIO ESTIMADO: Total de R\$ 39.847,00
PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO O recebimento deverá ser atestado pelo Gerente do GEAD.
DEVERES DO CONTRATADO Fornecer os equipamentos dentro do prazo estipulado e em acordo com as especificações; em caso de irregularidade nas especificações a troca do material deverá ser feita em no máximo 03 (três) dias após recebimento.
DEVERES DO CONTRATANTE Atestar o recebimento provisório em até 03 (três) dias úteis contados a partir da entrega dos equipamentos, o recebimento definitivo dos equipamentos em até 05 (cinco) dias úteis contados da emissão do recebimento provisório e realizar o pagamento da NF em até 10(dez) dias úteis após o recebimento definitivo .





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

APENSO I

AO TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS / MATERIAIS

1.1. Base discadora com fone de ouvido monoauricular e microfone – aparelho *headset* analógico – com as seguintes características e acessórios:

- 1.1.1. Teclado alfanumérico;
- 1.1.2. Dispositivo para ajuste do volume de recepção do áudio;
- 1.1.3. Dispositivo para ajuste do volume da campainha;
- 1.1.4. Disponibilidade para discagem no modo *pulse* (discagem decádica) e *tone* (discagem DTMF);
- 1.1.5. Compatível com linhas diretas e ramais analógicos;
- 1.1.6. Sem necessidade de fonte externa de alimentação de energia (pilha, bateria, etc.), sendo alimentado pela própria linha telefônica;
- 1.1.7. Teclas de acionamento das seguintes funcionalidades:
 - 1.1.7.1. *Mute* – modo sigiloso de transmissão;
 - 1.1.7.2. *Redial* – rediscagem do último número discado;
 - 1.1.7.3. *Flash* – transferência de chamadas;
 - 1.1.7.4. *On/Off* – ligar e desligar a base discadora para realização de ligações.
- 1.1.8. Luz indicadora de aparelho em uso;
- 1.1.9. Controle para tons graves e agudos;
- 1.1.10. Permitir a desconexão do fone, colocando a chamada automaticamente em espera, e a retomada da conversação com a reconexão;
- 1.1.11. Sistema de suspensão de ruídos;
- 1.1.12. Fone de ouvido monoauricular com microfone com:
 - 1.1.12.1. Clip no fio para fixação em roupas/lapela;
 - 1.1.12.2. Arco ajustável para cabeça;
 - 1.1.12.3. Protetor auricular e bocal em material antialérgico, removível e substituível (obrigatoriamente protetor de couro);
 - 1.1.12.4. Microfone com haste flexível ajustável, cancelador de ruído e haste com giro de 360°.
- 1.1.13. Incluído cabo de linha telefônica RJ 11;
- 1.1.14. Com manual de instruções;
- 1.1.15. Nas cores preta ou grafite;
- 1.1.16. Garantia mínima de 12 (doze) meses;
- 1.1.17. Devidamente homologado pela ANATEL.

2. Telefone analógico com fio, convencional, com as seguintes características e acessórios:

- 2.1.1. Teclado alfanumérico;
- 2.1.2. Dispositivo para ajuste do volume da campainha;
- 2.1.3. Dispositivo para ajuste do volume de recepção do áudio;
- 2.1.4. Disponibilidade para discagem no modo *pulse* (discagem decádica) e *tone* (discagem DTMF);
- 2.1.5. Mínimo 2 (dois) tipos de toque;
- 2.1.6. Compatível com linhas diretas e ramais analógicos;
- 2.1.7. Teclas de acionamento das seguintes funcionalidades:
 - 2.1.7.1. *Mute* – modo sigiloso de transmissão;
 - 2.1.7.2. *Redial* – rediscagem do último número discado;
 - 2.1.7.3. *Flash* – transferência de chamadas.
- 2.1.8. Para utilização em mesa e também com suporte para fixação em parede;
- 2.1.9. Incluído cabo de linha telefônica RJ 11;
- 2.1.10. Com manual de instruções;
- 2.1.11. Nas cores preta ou grafite;
- 2.1.12. Garantia mínima de 12 (doze) meses;
- 2.1.13. Devidamente homologado pela ANATEL;
- 2.1.14. Similar ao modelo Panasonic KX-TS9LB.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3. Telefone analógico com fio, convencional, com chave para bloqueio de teclado, com as seguintes características e acessórios:

- 3.1.1. Teclado alfanumérico;
- 3.1.2. Dispositivo para ajuste do volume da campainha;
- 3.1.3. Dispositivo para ajuste do volume de recepção do áudio;
- 3.1.4. Disponibilidade para discagem no modo *pulse* (discagem decádica) e *tone* (discagem DTMF);
- 3.1.5. Mínimo 2 (dois) tipos de toque;
- 3.1.6. Compatível com linhas diretas e ramais analógicos;
- 3.1.7. Teclas de acionamento das seguintes funcionalidades:
 - 3.1.7.1. *Mute* – modo sigiloso de transmissão;
 - 3.1.7.2. *Redial* – rediscagem do último número discado;
 - 3.1.7.3. *Flash* – transferência de chamadas.
- 3.1.8. Para utilização em mesa e também com suporte para fixação em parede;
- 3.1.9. Incluído cabo de linha telefônica RJ 11;
- 3.1.10. Com manual de instruções;
- 3.1.11. Nas cores preta ou grafite;
- 3.1.12. Garantia mínima de 12 (doze) meses;
- 3.1.13. Devidamente homologado pela ANATEL.

4. Telefone analógico sem fio, com as seguintes características e acessórios:

- 4.1.1. Teclado alfanumérico;
- 4.1.2. Visor/tela para identificação de chamadas;
- 4.1.3. Mínimo 2 (dois) tipos de toque;
- 4.1.4. Memória para rediscagem dos últimos 5 (cinco) números discados, no mínimo;
- 4.1.5. Função de chamada em espera;
- 4.1.6. Agenda para armazenamento de, no mínimo, 50 (cinquenta) números e nomes;
- 4.1.7. Com sistema de bloqueio de teclado;
- 4.1.8. Função viva-voz;
- 4.1.9. Com localizador de monofone;
- 4.1.10. Frequência mínima de 1,9Mhz;
- 4.1.11. Bateria recarregável Ni-Mh incluída, com capacidade mínima de suportar:
 - 4.1.11.1. 100 (cem) horas em *stand by* (com o monofone fora da base);
 - 4.1.11.2. 10 (dez) horas em conversação.
- 4.1.12. Dispositivo para ajuste do volume de recepção do áudio – via monofone ou viva-voz;
- 4.1.13. Dispositivo para ajuste do volume da campainha;
- 4.1.14. Disponibilidade para discagem no modo *pulse* (discagem decádica) e *tone* (discagem DTMF);
- 4.1.15. Tecla de navegação para acesso rápido às funções mais utilizadas do aparelho;
- 4.1.16. Compatível com linhas diretas e ramais analógicos;
- 4.1.17. Menu em português;
- 4.1.18. Entrada para fone de ouvido;
- 4.1.19. Teclas de acionamento das seguintes funcionalidades:
 - 4.1.19.1. *Mute* – modo sigiloso de transmissão;
 - 4.1.19.2. *Redial* – rediscagem do último número discado;
 - 4.1.19.3. *Flash* – transferência de chamadas.
- 4.1.20. Para utilização em mesa e também com suporte para fixação em parede;
- 4.1.21. Bivolt;
- 4.1.22. Incluído cabo de linha telefônica RJ 11;
- 4.1.23. Com manual de instruções;
- 4.1.24. Nas cores preta ou grafite;
- 4.1.25. Garantia mínima de 12 (doze) meses;
- 4.1.26. Devidamente homologado pela ANATEL.

5. Fone de ouvido monoauricular com microfone (*headset*) com as seguintes características e acessórios:

- 5.1.1. Clip no fio para fixação em roupas/lapela;
- 5.1.2. Arco em aço inox ajustável para cabeça;





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 5.1.3. Protetor auricular e bocal em material antialérgico, removível e substituível (obrigatoriamente em couroino);
- 5.1.4. Microfone com haste flexível ajustável, cancelador de ruído e haste com giro de 360°.
- 5.1.5. Com manual/folheto de instruções;
- 5.1.6. Compatível com bases discadoras Plantronics T-100 e Intelbras HSB-10
- 5.1.7. Nas cores preta ou grafite;
- 5.1.8. Garantia mínima de 12 (doze) meses;
- 5.1.9. Similar ao modelo HX19 da marca Earset;
- 5.1.10. Devidamente homologado pela ANATEL.

6. Protetor para bocal em couroino, com as seguintes características:

- 6.1.1. Removível e substituível;
- 6.1.2. Para utilização em *hedsets* com microfones com hastes flexíveis;
- 6.1.3. Compatível com *headsets* das marcas/modelos Plantronics T-100, Intelbras HSB-10 e Earset HX19;
- 6.1.4. Cor preta.

7. Protetor auricular em couroino, com as seguintes características:

- 7.1.1. Removível e substituível;
- 7.1.2. Para utilização em *hedsets* monoauriculares;
- 7.1.3. Compatível com *headsets* das marcas/modelos Plantronics T-100, Intelbras HSB-10 e Earset HX19;
- 7.1.4. Cor preta.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços

Pregão Eletrônico N° 003/2012

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, na sede do – **CONTRATANTE - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO**, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ sob n° 44.413.680/0001-40, com sede na Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331-000, neste ato representado por seu Presidente, Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva.

CONTRATADA – _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n° _____, com sede na _____, _____, _____, _____/_____, CEP _____, telefone _____, neste ato representada por seu _____, Sr. _____, _____, _____, portador do RG n° _____ SSP/_____ e inscrito no CPF sob n° _____, residente e domiciliado no município de _____, estado de _____, sito na _____, _____, _____, CEP _____, vencedora da licitação em epígrafe resolvem **registrar** os seguintes preços:

Item	Descrição/Especificação técnica	Quant.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL DO(S) ITEM(NS) – R\$ _____, ____ (valor por extenso)					

Não haverá obrigatoriedade de a Administração contratar, podendo, inclusive realizar outro procedimento licitatório para contratação do mesmo objeto, nos termos do Art. 7° do Decreto n° 3.391/01, respeitando-se a preferência do beneficiário do registro, em igualdade de condições, nos termos do Art. 15, § 4° da Lei n° 8.666/93.

Conforme a conveniência da Administração, será enviada convocação para assinatura de contrato e solicitação do item, que deverá ser executado conforme o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2012**.

O presente Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

A detentora deve manter as condições de habilitação durante toda a vigência do presente registro, ciente de que a cada solicitação serão verificadas certidões relativas àquelas condições.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

São Paulo, ____ de _____ de 2012.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Dr. Mauro Antonio Pires Dias da Silva

Presidente

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor do Contrato

